

ano 30 – n. 118 | abril/junho – 2022  
Belo Horizonte | p. 1-346 | ISSN 0100-2589  
R. Bras. Dir. Proc. – RBDPro

**Revista Brasileira de  
DIREITO PROCESSUAL**

# RBDPro

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

Editorial.....	9
----------------	---

## **DOCTRINA**

### ARTIGOS

#### Princípio da cooperação: entre a mistificação e o declínio

<b>José Luís Bonifácio Ramos</b> .....	15
1 Introdução.....	15
2 Cooperação: princípio fundamental?.....	16
3 Directrizes da cooperação.....	19
4 Concretizações da cooperação.....	19
5 Das concretizações à inexistência de cláusula geral.....	21
6 Comunidade de trabalho: entre o <i>slogan</i> e a decepção.....	23
7 Conclusões.....	26
Referências.....	27

#### Direito de segurança pública e de defesa da ordem constitucional liberal-democrática em face da dimensão procedimental dos direitos fundamentais

<b>Leonardo Martins</b> .....	29
Introdução: agenda político-legislativa e programa jurídico-dogmático de um necessário novo ramo do direito público.....	30
1 Abordagem diagnóstica e programática do problema.....	30
1.1 Objeto de uma pesquisa jurídico-científica direcionada à constituição de um novo ramo do direito público.....	32
1.2 Horizonte dos objetivos geral e específicos do estudo proposto.....	33
1.3 Imprescindibilidade do estudo como resposta aos desafios identificados e bem definidos.....	35
1.4 Do método jurídico-científico adotado.....	35
1.5 Consequências da orientação pró-futuro.....	38
2 Controle de constitucionalidade com base em parâmetros jusfundamentais em sua dimensão de organização e procedimento.....	38
2.1 Primeiras linhas de uma teoria geral dos direitos fundamentais como organização e procedimento ou dimensão processual dos direitos fundamentais.....	38
2.2 Dois casos ilustrativos.....	41
Conclusão.....	43
Referências.....	45

#### A tutela coletiva do consumidor na Colômbia: notas e perspectivas comparadas

<b>Adriano Camargo Gomes, Gustavo Osna</b> .....	49
1 Introdução.....	49
2 Formas de tutela.....	51
3 Distinção entre as modalidades coletivas.....	52
4 Ação popular.....	57
5 Ação de grupo.....	61
6 Considerações finais.....	67
Referências.....	69

Do papel ao uso da inteligência artificial nos meios de provas digitais	
<b>Antônio Aurélio de Souza Viana, Jamilla Monteiro Sarkis, Vicente de Paula Maciel Júnior</b>	71
1	Considerações iniciais..... 72
2	Novas tecnologias e direito probatório ..... 72
3	Provas digitais: noções, pressupostos de validade e alguns exemplos ..... 75
4	Inteligência artificial e direito probatório..... 79
4.1	Inteligência artificial como objeto de prova ..... 82
4.2	Inteligência artificial como meio de prova..... 86
4.3	Inteligência artificial na valorização da prova ..... 88
4.4	Inteligência artificial e cadeia de custódia da prova..... 92
4.4.1	Cadeia de custódia do objeto da prova ..... 94
4.4.2	Cadeia de custódia do meio de prova ..... 97
5	Considerações finais..... 99
	Referências ..... 100

Admissibilidade do agravo de instrumento adesivo em face de recurso interposto contra decisão parcial de mérito

<b>Arthur Bobsin de Moraes, Rafael Niebuhr Maia de Oliveira</b>	105
1	Introdução ..... 106
2	Decisão parcial de mérito ..... 107
3	Problemas decorrentes da técnica recursal aplicada às decisões parciais de mérito ..... 112
4	Breves considerações sobre o recurso adesivo ..... 116
5	Implicações do julgamento antecipado parcial do mérito no recurso adesivo..... 120
6	Conclusão ..... 126
	Referências ..... 128

Sessão de mediação em conflitos familiares: releitura conforme a autonomia da vontade

<b>Carla Bertoncini, Priscila Cristina Miranda da Silva</b>	131
1	Introdução ..... 131
2	Aspectos relevantes da institucionalização da mediação no processo civil..... 132
3	A compulsoriedade da sessão de mediação em conflitos familiares..... 136
4	Releitura da sessão de mediação à luz da autonomia da vontade ..... 140
5	Considerações finais..... 146
	Referências ..... 147

La verdad y la *colaboración premiada*

<b>Diogo Erthal Alves da Costa</b>	151
1	Introducción..... 151
2	La <i>colaboración premiada</i> ..... 152
2.1	Instrumento de política criminal ..... 157
2.2	Diferenciación necesaria entre el acuerdo y las declaraciones del colaborador..... 160
3	El acuerdo como medio de obtención de prueba y su relación con la verdad ..... 161
4	Las declaraciones como prueba y su relación con la verdad ..... 168
4.1	La valoración de pruebas declarativas en general ..... 170
4.2	La valoración de las declaraciones del colaborador..... 173
4.3	La suficiencia probatoria para enervar la presunción de inocencia..... 178
5	Conclusiones..... 181
	Bibliografía ..... 182

Incidente de descon sideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade durante os cinco anos de vigência do Código de Processo Civil de 2015 perante o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

<b>Fatty ma Blum Gonçalves, Elias Marques de Medeiros Neto</b> .....	187
1 Introdução .....	188
2 Breve visão sobre a descon sideração da personalidade jurídica.....	188
3 Incidente de descon sideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil de 2015.....	192
4 Demandas no Superior Tribunal de Justiça e o posicionamento sobre o tema .....	195
5 Demandas no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o posicionamento sobre o tema .....	204
6 Considerações finais .....	210
Referências .....	211

Precedentes em tempos de crise: uma análise a partir da situação brasileira de enfrentamento da COVID-19

<b>Fredie Didier Jr., Hermes Zaneti Jr., Ravi Peixoto</b> .....	215
1 Considerações iniciais.....	216
2 A reação do sistema brasileiro de justiça civil na pandemia.....	216
3 A concretização do direito pelos órgãos julgadores durante a pandemia .....	218
4 Precedentes em tempos de crises: uma análise do contexto brasileiro.....	219
5 O Supremo Tribunal Federal (STF) e a COVID-19 .....	221
5.1 Precedentes para a manutenção da estabilidade do direito .....	221
5.2 Precedentes para regulação da crise .....	223
6 As técnicas dos precedentes e os momentos de crises .....	224
7 Considerações finais .....	225
Referências .....	226

Constitucionalidade do art. 189, IV, do Código de Processo Civil

<b>Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira, Carlos Eduardo Montes Netto</b> .....	229
Introdução .....	229
1 Autonomia privada .....	231
1.1 Do respeito à autonomia privada nas ações de divórcio e do segredo de justiça em processos versando exclusivamente sobre a partilha dos bens do casal.....	238
2 Segredo do negócio dentro da livre iniciativa e dos princípios que regem a ordem econômica.....	239
3 Da possibilidade de confidencialidade na arbitragem .....	240
Considerações finais.....	245
Referências .....	246

Cinco problemas sensíveis ao Projeto de Lei nº 6.204/2019 (desjudicialização da execução civil)

<b>Pâmella Giuseppina Parisi Costa, Raphael Bernardo de Lima, Lúcio Grassi de Gouveia</b> ....	251
Introdução .....	252
1 Os limites do princípio da inafastabilidade da jurisdição e a desjudicialização obrigatória.....	253
2 O alcance constitucional do princípio da reserva de jurisdição aos atos expropriatórios.....	258

3	O entrave da localização de bens do devedor .....	263
4	A necessidade de medidas atípicas à satisfatividade da execução civil .....	266
5	Limites naturais à simplificação do processo executivo desjudicializado .....	269
	Considerações finais .....	271
	Referências .....	272

#### Foro Universal do Distrito Federal: acesso ou manipulação do Poder Judiciário? *O forum shopping* na Constituição Federal

<b>Rodrigo Carmona Castro Rodriguez, Victor Guedes Trigueiro</b> .....	275	
1	Introdução .....	275
2	Panorama histórico. A evolução do foro universal nas cartas constitucionais .....	277
3	O foro universal como meio de acesso ao Poder Judiciário na era do processo eletrônico .....	280
4	A experiência do art. 2 <sup>a</sup> -A da Lei nº 9.494/97 .....	282
5	Dos reflexos práticos do foro universal .....	286
6	A experiência da PEC nº 6, de 2019 (reforma da previdência) .....	290
7	<i>O forum non conveniens</i> . A competência adequada .....	292
8	Conclusão .....	295
	Referências .....	297

#### A nulidade no Código de Processo Civil de 2015: natureza e primeiras considerações ao regime estabelecido

<b>Thiago Sales de Oliveira</b> .....	299	
1	Introdução .....	299
2	A natureza jurídica (configuração) da nulidade: questões preliminares .....	300
3	Tratamento terminológico no Código de Processo Civil de 1973 .....	301
4	Tratamento terminológico no Código de Processo Civil de 2015 .....	302
5	A nulidade processual como sanção: entre o Código de Processo Civil, a ciência processual e a teoria geral do direito .....	305
6	A dinâmica das nulidades segundo a sua principiologia atual: algumas considerações .....	313
7	Considerações finais .....	318
	Referências .....	319

### NOTAS E COMENTÁRIOS

#### A sustentação oral nos tribunais, a votação “com ressalva de ponto de vista” e outros equívocos que vararam os séculos, comprometendo a eficácia dos julgados

<b>J. E. Carreira Alvim</b> .....	323	
1	Considerações prévias .....	323
2	Sessão de julgamento do recurso .....	324
3	Problemática da sustentação oral no tribunal: questão de fato e questão de direito .....	324
4	Problemática do julgamento do recurso pelo tribunal: a “ressalva de ponto de vista” .....	327
5	Conclusão .....	330
	Referências .....	330

Um grito de socorro em favor das liberdades individuais (Posfácio do livro <i>Medidas executivas atípicas nas obrigações pecuniárias</i> , escrito por Luciana Benassi Gomes Carvalho)	
<b>Lúcio Delfino</b> .....	331
Política Editorial .....	339
Instruções para os autores.....	341
Editorial Policy.....	343
Information for authors .....	345